

TERCEIRA

O clima em 2099

Temperatura mais quente, estação da chuva mais curta e concentrada no Inverno, nível do mar mais elevado e maior susceptibilidade a tempestades marítimas. São estas algumas das alterações climáticas que podem verificar-se no final deste século na Terceira. As previsões foram publicadas em livro (reúne as possíveis alterações do clima em Portugal) e contam com a colaboração de investigadores da Universidade dos Açores.

Como será o tempo que faz na Terceira daqui a 100 anos? Mais quente ou mais frio? Mais seco ou mais húmido? Com mais ou menos chuva? Com as quatro estações bem definidas, ou sem se saber ao certo se é Inverno, Verão ou Primavera?

As respostas certas só surgirão daqui a 100 anos, é certo. Mas, para já, é possível criar cenários que permitam extrapolar e perceber quais as condições climáticas dessa altura.

Para a Terceira, segundo a investigação realizada por cientistas da Universidade dos Açores, prevê-se um aumento da temperatura, embora pequeno. E a chuva po-

derá cair com maior intensidade no Inverno e desaparecer no Verão, o que põe em causa os recursos hídricos da ilha.

Estas são algumas das conclusões do estudo ("Alterações Climáticas em Portugal – Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação") efectuado no âmbito do projecto CLIMAAT, que foi integrado no projecto SIAM, uma investigação que pretende delinear os prováveis cenários das alterações climáticas em Portugal nos próximos 100 anos.

Segundo a investigação (que recorreu a modelos testados de evolução do clima com base nos dados recolhidos nas últimas décadas e nas previstas influências do Homem no meio ambiente), o clima dos Açores deve sofrer um aumento da temperatura na casa dos dois graus centígrados, muito menos do que os sete graus previstos para algumas regiões do interior de Portugal continental.

"Em geral, verificou-se que as alterações de temperatura na ilha Terceira não são tão significativas quanto as que tipicamente se associam às massas continentais, o que em grande parte é explicado pelo efeito moderador do mar. Porém, ao contrário do que se verifica em Portugal continental, (...) no período 2070-2099, na ilha Terceira regista-se um aumento da precipitação acumulada no período do Inverno (...). O ganho de precipitação de Inverno na Terceira, combinado com a perda de precipitação nas outras estações do ano pode agravar a susceptibilidade da ilha a fenómenos extremos associados à precipitação. Nomeadamente, podem tornar-se mais frequentes fenómenos de deslizamento de terras no Inverno e o ciclo de desenvolvimento da vegetação pode ser alterado devido à perda de precipitação na Primavera. Em resumo, pode dizer-se que o clima futuro da Terceira (...) pode ser mais quente em cerca de 1-2°C do que o clima presente e ter uma estação chu-

vosa mais curta, concentrada no Inverno", conclui o estudo, a que DI teve acesso.

MENOS ÁGUA

Os recursos hídricos do arquipélago podem ser afectados nos próximos 100 anos devido à irregularidade da precipitação, avisa um estudo sobre as alterações climáticas em Portugal, apresentado no final de Janeiro em Lisboa.

As bacias hidrográficas da Região necessitam de recargas regulares para se regenerarem e a alteração do ciclo das chuvas pode influenciar a quantidade de água disponível.

"É preciso notar que são cenários e previsões e que, no caso da precipitação, já hoje acontece que quando as chuvas não caem regularmente, assistimos a secas ou à diminuição dos caudais. Isso pode acontecer", explica Brito de Azevedo.

Em declarações ao DI, a propósito do lançamento do relatório do projecto SIAM II (que estuda as alterações climáticas em Portugal nos próximos 100 anos), o investigador da Universidade dos Açores (que lidera o projecto CLIMAAT, e que participou neste projecto) adianta que, nos cenários estudados, a temperatura no arquipélago pode aumentar um ou dois graus e os ciclos climáticos podem modificar-se, afectando as culturas agrícolas, que vão ter de ser adaptadas a essas alterações. Além disso, segundo o investigador, o nível do mar também pode aumentar, provocando algumas alterações sobretudo nas zonas ribeirinhas mais planas.

"Nos cenários que estudamos, também se vê que a temperatura do mar pode subir, propiciando uma maior frequência de tempestades marítimas, que se alimentam da temperatura da água do mar", diz o investigador.

Brito de Azevedo refere, no entanto, que o livro publicado revela dados e análises prováveis, que conjugam a actual influência do homem no clima do País e as alterações possíveis nas próximas décadas.

"São previsões, nada mais", explica.

CLIMA AGRESTE

Portugal vai ter um mais elevado risco de cheias no fim do século XXI, devido ao aumento do fenómeno de chuvas intensas e à subida do nível médio dos oceanos, conclui um relatório de investigadores portugueses que foi lançado no final de Janeiro.

Trata-se da segunda fase do projecto SIAM, que contou com a participação de 61 cientistas, e que traça diferentes cenários, impactos e medidas de adaptação para as alterações climáticas em Portugal.

Os cenários climáticos apontam para uma clara tendência de concentração da precipitação nos meses de Inverno, que poderá traduzir-se num aumento efectivo da precipitação média entre os meses de Dezembro e Fevereiro, agravando o risco de cheias, referem os investigadores.

O relatório SIAM II indica que a tendência para o agravamento de precipitações extremas é observada em todo o país, mas é mais clara na região Norte.

Além do aumento de fenómenos de precipitação inten-

sa, a subida do nível médio dos oceanos poderá também contribuir para um aumento do risco de cheias, devido à diminuição da capacidade de escoamento na foz dos rios de maior dimensão.

Por isso, áreas ribeirinhas como o vale do Tejo ou a Ribeira, na cidade do Porto, poderão ver aumentar o risco local da ocorrência de cheias.

O estudo avisa que a subida do nível médio do mar terá também vários impactos no litoral, a nível das actividades ambientais, económicas e sociais, devido ao agravamento do processo erosivo, aumento das áreas inundadas e modificação do regime de marés.

DIAS QUENTES

Quanto à temperatura, os modelos estudados projectam para o fim do século XXI um aumento substancial da frequência dos "dias muito quentes", com o Sul a registar mais de 100 dias por ano com temperaturas acima dos 35 graus, sobretudo no interior.

O número de noites tropicais (com temperatura mínima acima dos 20 graus) também deverá aumentar, variando entre 20 e 180 ou 40 e 120, consoante os cenários.

Os investigadores projectam também, em termos anuais, uma diminuição da precipitação no fim do século XXI, podendo ser superior a 30 por cento no Sul do país, com destaque para o Algarve, que poderá perder mais de 40 por cento de chuva, e variando entre 10 e 30 por cento no Norte e Centro do país.

No último quarto de século, em Portugal, registou-se um aumento significativo das temperaturas máxima e mínima médias.

Observou-se ainda que os 6 anos mais quentes do período 1931-2000 concentraram-se nos últimos 12 anos do século XX, tendo sido 1997 o ano mais quente.

Os últimos 20 anos foram particularmente pouco chuvosos, comparativamente aos valores médios registados entre 1961-1990.

No entanto, assinala o relatório, existe grande variabilidade interanual.

O Inverno de 2000, por exemplo, foi muito chuvoso (o terceiro mais chuvoso dos últimos 30 anos), mas o Inverno seguinte foi muito seco (o quinto mais seco do mesmo período).

O projecto SIAM iniciou-se em 1999, tendo o resultado da primeira fase sido divulgado dois anos depois.

A segunda fase iniciou-se em 2002 e alargou o âmbito das investigações iniciais, procurando aprofundar algumas lacunas e estendendo o estudo às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Foi também realizado um estudo de caso mais focado e integrado para uma região especialmente vulnerável do Continente - a bacia hidrográfica do Rio Sado.

O SIAM II envolveu cerca de 61 investigadores distribuídos por 11 equipas, coordenadas pelo professor Filipe Duarte Santos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Os sectores sócio-económicos e sistemas biofísicos sobre os quais incidiu trabalho são os mesmos do SIAM I, designadamente, recursos hídricos, zonas costeiras, agricultura, saúde, energia, florestas e biodiversidade e pescas. ■